

Violência de gênero sob discursos religiosos

Gender violence under religious speeches

Tânia Mara Campos de Almeida*

Lourdes Bandeira**

Resumo: Este artigo analisa a construção sociocultural de mortes e estupros cometidos em dois casos de violência sexual. Um deles, trata-se do caso do “maníaco do parque”, no qual um *motoboy* violentou e matou várias mulheres. O outro se refere aos estupros incestuosos ocorridos entre um pastor evangélico e suas filhas. O foco central da análise encontra-se nos lugares simbólico-religiosos onde se inscrevem as representações modelares dos gêneros nesses episódios, bem como enfatiza uma rede de significados que envolve os atos, apontando articulações sociais e motivações individuais. A abordagem foi realizada a partir das configurações dos investimentos subjetivos, centrados em noções religiosas preexistentes nos sujeitos e que lhes forneceram um sentido para seus atos e conflitos internos.

Palavras-chave: Violência sexual, narrativas religiosas, subjetividade e gênero

Abstract: This article analyses the socio-cultural construction of deaths and rapes in two cases of sexual violence. One of them is the case of the “maníaco do parque”, where a motoboy raped and killed several women. The other refers to incestuous rapes by an evangelist preacher on his daughters. The main focus of this analysis is on the symbolic-religious context, where the model representations of gender in these cases is inbedded, it also emphasizes a net of significants which involves the acts themselves, pointing to social articulations and individual motivations. This approach was taken from subjective investment configurations centred on preexisting religious notions in the subjects which gave a meaning to their acts and internal conflicts.

Key words: Sexual violence, religious narratives, subjectivity and gender

* Doutora em antropologia e professora da Universidade Católica de Brasília (UCB), onde coordena o curso de especialização em antropologia e leciona no Mestrado em Psicologia.

** Doutora em Sociologia, professora do Departamento de Sociologia e diretora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília (ICS - UnB).

Apresentação

Neste artigo, analisamos o papel desempenhado pela religião em dois casos paradigmáticos, fortemente caracterizados por abuso, violência sexual e conflito de gênero. Um deles trata de uma série de estupros incestuosos entre um pastor evangélico e suas três filhas menores, que culminou no nascimento do seu filho-neto, na periferia do Distrito Federal, em 1996. Em tal situação, a violência surge entremeada numa trama cotidiana, religiosa e familiar, acabando por desresponsabilizar seus protagonistas frente a si próprios. O outro se refere ao caso do “maníaco do parque”, no qual um *motoboy* violentou e matou mulheres, de modo cruel, em São Paulo, em 1998 e 1999. Aspectos religiosos são também encontrados fortemente nesses episódios, explicando os conflitos internos vividos pelo sujeito, para ele mesmo, para a justiça e para a sociedade.

Ambos os casos são abordados a partir das narrativas construídas e divulgadas pela mídia, em âmbito local e nacional, sendo a principal fonte etnográfica para identificação de representações sociais sobre o tema. De posse deste material, fundamentamos nossa reflexão em dois eixos teórico-metodológicos. Primeiro, ao contrário do que o senso comum expressa e a mídia divulga, existem vínculos e ligações entre as dimensões do sagrado e a violência na construção de uma subjetividade conflitiva. Segundo, percebemos que há uma lógica binária entre o bem e o mal que informa o senso comum, que só consegue pensar a polaridade sagrado *versus* profano, sem perceber as mediações e as tensões imbricadas nos casos por nós estudados.

Sem dúvida, esses atos e conflitos ancoram-se na afirmação dos sujeitos envolvidos, mediante o uso da violência, de suas identidades masculinas e femininas. São casos, portanto, de “violência de gênero”, a qual tanto pode se caracterizar como afetiva e emocional – o caso do pastor ocorrido no espaço doméstico – como calculada e utilitária – a exemplo do *motoboy*. Além dos fortes traços conflitivos de gênero presentes nesse tipo de violência, aponta-

mos para um outro enraizamento central no material empírico estudado: a grande aura de religiosidade que reveste ambos os casos.

Podemos ver que a crença, o sentir e o desejo não são apenas criações individuais, mas manifestações nos sujeitos, de estímulos, hábitos e tradições desenvolvidas e mantidas coletivamente. Costa (1986) também confirma a importância do social na perpetuação dessas violências, uma vez que todas as manifestações do psiquismo individual têm um princípio de realidade, que regula, apóia ou inibe sua realização. Logo, procuramos identificar imperativos socioculturais e éticos que outorgam sentido a tais condutas – imperativos referentes ao gênero, à moral e à realidade.

Os fatos e os sujeitos

A escolha dos dois casos, denominados “o caso do pastor” e “o caso do *motoboy*”, ocorreu em função dos elementos comparativos de aproximação e de oposição existentes entre eles, sendo por nós aranjados como em um jogo de espelhos. Nesse sentido, essa linha metodológica orienta tanto suas descrições quanto suas análises, facilitando-nos revelar certas sutilezas ocultas que, muitas vezes, tornam-se desapercibidas ao serem homogeneizadas pela mídia sob o único rótulo de violência sexual.

Outro viés metodológico incorporado na análise é que, muitas vezes, somos presas de nossa própria armadilha. Isto quer dizer que, ao criticarmos os limites do senso-comum que vê a realidade de forma dicotomizada em bem e mal, acabamos por utilizar estes vieses como um forte recurso de análise por trazer em si uma ampla capacidade explicativa – aquela que mais aparece na lógica dos sujeitos e do senso comum.

Como consta nos autos do inquérito policial, o conjunto de estupros incestuosos vinha ocorrendo na residência desde 1993, de modo velado para o universo exterior à casa, pois a mãe e uma tia das meninas, freqüentemente, presenciavam o pai chamá-las,

uma por vez, ao seu quarto. Segundo o próprio pastor, ele se deitava com cada menina duas vezes por semana, no momento em que o caso tornou-se público e do conhecimento da justiça, ganhando grande repercussão local.

O silêncio colocava-se como uma questão chave, compartilhada sob um pacto entre os envolvidos, ancorado no medo, na sedução, na moral, nas relações de poder e de parentesco, guardando o prenúncio da revelação de um grande segredo. Curiosamente, nas tradições míticas, o silêncio envolve os grandes acontecimentos misteriosos. Por exemplo, no cristianismo, o silêncio aparece antes da criação e no final dos tempos. Do mesmo modo, nesse caso, o silêncio anuncia a revelação de uma criação, de uma nova vida – o nascimento de seu filho-neto, que significava também a sua recriação e perpetuação em seu próprio sangue. A simbolização de algo misterioso acabou por apoderar-se de todos os membros da família, uma vez que o filho mais velho disse à irmã: “Deus me revelou que o pai da tua criança é o nosso pai”.

Observamos, também, que a violência incestuosa não ocorre de repente, ao acaso. Ao contrário, é construída entre personagens, enredos e cenários propícios. As tramas do episódio em questão foram produzidas arditamente no interior familiar. Na esfera do privado, as fronteiras são muito tênues, seja porque não existem paredes entre os leitos, seja porque não existem fronteiras entre os papéis identitários. Isto leva a não distinção de subjetividades e, ao mesmo tempo, cria a submissão geral frente ao pai-pastor. Porém, enquanto a privacidade individual é desrespeitada no seio doméstico, a privacidade da família mantinha-se resguardada frente ao mundo exterior. Por isso, afirmamos: “(...) dentro de casa, os personagens formam um grupo, em que todos, paradoxalmente, sentem-se protegidos e inseguros ao abrigo dos olhares e da curiosidade alheia, resguardados da denúncia e esquecidos ao desprezo da lei” (Bandeira e Almeida, 1999: 157).

Um outro aspecto significativo diz respeito a uma

relação tríplice entre o pai-pastor e as filhas, mediada pela mãe. Tal relação baseava-se no amor paterno, materno e filial, na obediência e no respeito, no medo e na dominação. Disso resulta que o pai ia penetrando em seus corpos e deles se apoderando aos poucos, sem que elas manifestassem uma reação visível de resistência. Portanto, essas três dimensões da relação se transversalizam pela condição de gênero – pai, mãe e filhas; pela condição do sagrado – obediência e respeito ao pai; e pela condição de violência – a dominação e o poder masculino sobre os corpos.

O segundo caso em análise refere-se ao “*motoboy*” ou “maníaco do parque”, conforme o nomeou a imprensa nacional. Resumidamente, trata-se do caso de Francisco de Assis Pereira que estuprou, comeu partes dos corpos e assassinou em série, provavelmente, nove jovens solteiras, de aparência similar, com cabelos longos e negros, no Parque do Estado de São Paulo. Diferentemente do pastor, as moças não eram conhecidas e o contato com elas era estabelecido em locais públicos, onde ocorriam o diálogo, a suposta atração e os jogos de sedução. Apresentava-se como um jovem rapaz, branco, de boa aparência, às vezes, um caça-talento para agências de modelos. Interessado em conhecê-las, mostrava-se atraído por suas belezas, disposto a manter um relacionamento amoroso e profissional.

Depois que os primeiros corpos foram encontrados no Parque e a história foi divulgada pelos noticiários, apareceram outras supostas vítimas. O caso começou a ser elucidado quando uma dessas moças entregou à polícia o número de telefone de um homem parecido com o do retrato falado. Por meio desse número, sua casa foi localizada. Desta, “ele sumira no domingo anterior, deixando um bilhete onde se lia: “infelizmente tem de ser assim, preciso ir embora. Deus abençoe a todos.” (Veja, 29.07.98).

Diferentemente do silêncio que envolve o caso do pastor, o mutismo que caracteriza o *motoboy* significava impedimento à revelação devido à recusa de admitir, no plano racional, ter cometido os crimes,

pois temia o castigo pelos seus conflitos pessoais e pelas pulsões de suas paixões. O mutismo obstruiu a revelação dos fatos. Se o silêncio, no caso do pastor, antecipou uma revelação – o nascimento do filho-neto – para o *motoboy*, o mutismo representou o ocultamento das mortes. A não-fala presente nos dois eventos também se encontra no aspecto de que ambos os sujeitos provocavam pouca fala sobre si mesmos por parte de vizinhos, parentes e amigos. Afinal, demonstravam comportamento acima de qualquer suspeita de violência ou abuso sexual – eram admirados e respeitados.

No caso do *motoboy*, evidenciou-se um dos traços marcantes de um perfil psicopata de um assassino em série. Especialistas tentam entender os mecanismos de suas mentes, mostrando que estabelecem comportamentos que se repetem com impressionante regularidade e que aparentam ser seres humanos comuns, quando não são tomados pela pulsão destruidora e sádica. Em geral, um grande número deles é formado por hiper-religiosos, o que lhes confere a aparência de virtuosos cidadãos.

Seguindo tal padrão, ao ser preso no interior do Rio Grande do Sul, foram encontrados entre os pertences de Francisco dois papezinhos com orações. Também foi achado um santinho de São Judas Tadeu e um panfleto de uma igreja evangélica de Buenos Aires. A entrevista coletiva que concedeu, logo ao chegar a São Paulo, esteve repleta de indicações de igrejas. Elas pontuaram toda a descrição do percurso que fez foragido, entre as cidades de Alvear (Argentina) e Itaqui (RS), sendo que ele assistiu a uma missa em Itaqui, dois dias antes de ser preso. O pescador, que o denunciou, disse que ele tinha ido à igreja rezar e pedir ajuda a Deus. Na verdade, este traço religioso viria de longe. Entre as lembranças de sua infância, a mãe refere-se aos momentos em que ele ia dormir com o terço nas mãos. “Ele sabia umas rezas que ninguém na família conhecia”. (Veja, 12.08.98)

Apesar de mostrar-se, por um lado, na busca permanente de um comportamento virtuoso, encontrado no caminho da fé e devoção religiosas, por outro, o

motoboy reconhece em si uma face obscura, satânica e incontrolável. Além disso, diz ser um psicopata e fala sobre fatos de sua história que poderiam ter-lhe provocado traumas e problemas psíquicos. Assim, revelam os seguintes trechos de suas entrevistas:

Eu tenho um lado ruim dentro de mim. É uma coisa feia, perversa, que eu não consigo controlar. Tenho pesadelos, sonho com coisas terríveis. Acordo todo suado. Tinha noite que não saía de casa por que sabia que na rua ia querer fazer de novo, não ia me segurar. Deito e rezo, pra tentar me controlar. (Veja, 12.08.98)

Francisco diz que foi tomado por um ‘lado ruim’, descontrolado, independente de sua vontade (...) O maníaco, conforme sua própria descrição, agarrou Selma de frente e, gaguejando de nervoso, disse a ela para não reagir, não fazer nada. ‘Eu olhava firme nos olhos dela e via crescer o terror nela, enquanto eu a acariciava e beijava na boca. Isso me causava muito prazer’, disse Francisco. (Veja, 19.08.98)

Eu tenho um lado ruim dentro de mim. É uma coisa feia, que não consigo controlar (...) Homem com personalidade doentia, Francisco sabia muito bem do que era capaz. ‘Cala a boca, sua vagabunda. Sou um psicopata. Não sou um bandidinho qualquer. Já matei muitas por aqui’, revelou C.V.P., 22 anos, uma das mulheres que conseguiu escapar dos braços do *motoboy*, em depoimento à polícia (Correio Braziliense, 09.08.98).

Com voz pausada, desembestou no relato de uma complicada teia de namoradas, traumas e rancores que, segundo ele, formaram seu ‘lado negro’. Falou de uma tia, irmã de sua mãe, que o teria molestado sexualmente na infância (‘por causa dela, tenho fixação em seios’). Falou que seus atos tinham origem numa desilusão amorosa. Falou de um ex-patrão, com quem teria tido um relacionamento homossexual (‘sempre que ele chegava perto, eu virava o rosto’). Falou de uma companheira de patinação, Sílvia (‘uma menina gótica, curtia cemitérios’), que lhe mordera e quase arrancara o pênis. E falou que, de fato, sentes dores durante as relações sexuais, como dizem as mulheres que denunciam ter sido ata-

cadavres por ele. Depois do relato, o desfecho: 'Sou ruim, gente. Ordinário' (Estado de Minas, 26.11.98).

Notas sobre o material etnográfico e seu tratamento

Nossa coleta de dados centrou-se, basicamente, em veículos da grande imprensa nacional escrita e televisiva. Reportagens do jornal *Correio Braziliense* (09 e 18.03.96) e a íntegra da entrevista com o pastor, concedido a um programa local da Rede Manchete de Televisão (20.03.96) foram utilizadas para analisar o caso do pastor. Além disto, foram utilizadas algumas peças do inquérito policial.¹

As revistas *Veja* (29.07.98 e 05, 12, 19.08.98) e *Isto É* (05 e 12.08.98 e 30.09.98), os jornais *Correio Braziliense* (09.08.98), *Zero Hora* (09.08.98), *O Estado de Minas* (26.11.98), *Folha de São Paulo* (09 e 22.08.98, 05 e 19.09.98, 24.10.98 e 29.11.98), bem como a matéria dos programas *Globo Repórter* (14.08.98) e do *Fantástico* (22.11.98), ambos da Rede Globo, constituem o material etnográfico referente ao caso do *motoboy*.

O objeto de estudo por nós eleito não é a violência sexual em si, mas a notícia a respeito deste tipo de violência, no instante em que os acusados são detidos e emergem como criminosos no tecido social. Em outras palavras, o objeto de análise é a notícia como realidade mesma, possibilitando-nos apreender seus diversos sentidos e sua materialização em

texto². Trata-se, na verdade, de um conjunto de narrativas sobre violência, ou seja, sobre práticas valoradas como pecado, perversão, maldade e outros congêneres.

Entendemos ainda que as notícias sobre violência surgem como variante particular da produção jornalística que busca reafirmar duas das concepções morais mais recorrentes a respeito da violência. Por um lado, a idéia amplamente difundida de que a violência é praticada por sujeitos desviantes e nos espaços marginais da sociedade. Por outro, a não menos difundida idéia de que cabe aos órgãos competentes do governo manter a sociedade limpa da violência (Soares e Carneiro, 1996).

O discurso da mídia, frequentemente, apresenta esses casos como fenômeno puramente substantivo, focalizando a conduta dos sujeitos transgressores e enfatizando suas personalidades desajustadas socialmente e suas opções divergentes. Assim, a violência é tratada pela ótica do patológico-mental ou do psicossocial, sendo o indivíduo qualificado de violento por ser portador de algum tipo de desvio – em razão do que pouco se lhe atribui consciência e responsabilidade pelos significados de seus atos³. Porém, se o senso comum e a mídia compartilham desta mesma perspectiva, no sentido de que a violência é fruto de um ato impulsivo, descontrolado ou patológico, ou que tem origem sócio-estrutural, a ela se contrapõe uma linha do pensamento psicanalítico ao enfatizar “que violência não é uma propriedade do

¹ O inquérito foi realizado na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher - DEAM/DF, e foi constituído pelas seguintes peças: mandado de prisão, interrogatórios, boletim da vida pregressa do indiciado, termo de representação, comunicação de ocorrência, solicitação de exames ao Instituto Médico Legal e relatórios de uma delegada e de um agente de polícia.

² Como o texto jornalístico é polissêmico, este artigo trata apenas de alguns sentidos e sua contribuição assenta-se na abordagem das notícias de violência enquanto produto de uma ampla teia de articulações entre agências e sustentadas por diferentes atores sociais em cenários distintos da opinião pública. Além disso, ao falar de violência nos jornais e revistas, também são usados recursos visuais como a composição da página, a relação texto e imagem, a localização da notícia. As imagens fotográficas, em particular, firmam a versão incontestável dos fatos, em razão de serem percebidas como a perfeição analógica do real pelo senso comum.

³ Ora a mídia busca explicação em distúrbios orgânicos, ora em experiências sociais e psíquicas traumáticas. Tal articulação é também fortemente encontrada em uma vertente da literatura científica, a qual talvez seja a própria fonte de inspiração da mídia, cf. crítica de Cangilhem (1995).

instinto” (Costa, 1986: 33). Ainda,

(...) este lugar-comum corresponde à afirmação de que a violência é irracional. Contudo, nem sempre a violência é irracional, e, mesmo nos casos em que a irracionalidade dá origem à violência, não se pode dizer que esta irracionalidade é instintivamente animal. A irracionalidade da violência, quando existe, nunca coincide com a ação puramente instintiva (Id. Ibid. 29).

E conclui o autor, afirmando que “... toda a conduta é racional. A irracionalidade do comportamento violento deve-se ao fato de que a razão desconhece os móveis verdadeiros de suas intenções e finalidades” (Id. Ibid. 30).

Contudo, para tornar a violência um pouco mais inteligível, é preciso ir além dessas motivações individuais, pois aspectos centrais de nossa cultura estão presentes nas retóricas que trazem sentido aos atos de violência. Entre tais aspectos, destacamos aqui as relações de gênero e a hierarquização delas decorrente. Somadas a esses ordenamentos culturais é que estão os estímulos individuais. Sem dúvida, a reprodução de um imaginário que fala da relação entre os gêneros passa pelo indivíduo e o deslocamento do conteúdo imaginário para o ato concreto – a posse do corpo do outro, por exemplo – depende de um rearranjo particular que possibilite o aniquilamento de um sujeito de carne e osso ao próprio desejo.

Alguns elementos desse rearranjo particular surgem quando o pastor e o *motoboy*, ao serem detidos, externam em seus enunciados os diálogos que travam com a imagem que a sociedade possui sobre eles mesmos e seus respectivos crimes. Questionam-se o que cometeram corresponde, de modo exato, ao que a visão hegemônica da sociedade nomeia de violência sexual. Para tanto, os sujeitos recorrem aos ordenamentos sociais, especialmente à hierarquia de gênero e à moralidade nela contida, e os rearranjam a partir de noções religiosas preexistentes na busca de um sentido explicativo para seus atos e seus conflitos internos e externos, além

de nelas fundamentar boa parte do poder masculino.

Em suma, a proposta aqui é captar a construção sociocultural das mortes e dos estupros cometidos pelo *motoboy* e pelo pastor, além dos lugares simbólico-religiosos onde se inscrevem as representações modelares dos gêneros masculino e feminino nesses episódios. Focalizamos uma rede de significados que envolve os atos de violência sexual, apontando articulações sociais e as motivações individuais para a consecução dos atos. A abordagem se realiza a partir da configuração dos investimentos subjetivos, articulando as linguagens das moralidades compartilhadas com a elaboração psíquica dos acusados.

Afastamo-nos dos enfoques substantivistas para apreender os casos enquanto campos discursivos, que se mostram místico-religiosos pela mídia. Desse modo, o foco não está centrado apenas no sujeito transgressor, mas também na vivência social do mal e sofrimento, bem como na possibilidade de se desvelar éticas e moralidades específicas.

As redescritões sagradas das violências de gênero

Inúmeros estudos apontam para o fato de que o ato de estupro marca o feminino com a impureza. De um lado, o ato de estupro é posto como signo da masculinidade e é justamente em nome da “fraqueza masculina”, como se fosse um estado da “natureza masculina”, que a realização do estupro é relatada por vários apenados por este crime (Machado, 1999). Assim, a noção de estupro para o próprio sujeito facilmente pode passar de um ato hediondo a uma identificação com o ato mais banal de relação sexual. Por outro lado, para a mulher, é símbolo permanente de sua mácula, de seu silenciamento, da sua perda de *status*, enfim, da sua mais grosseira objetificação.

No primeiro momento, os atos de violência do pastor parecem práticas reativas frente à falta de correspondência entre a experiência vivida e o imaginário idealizado que sustenta as identidades masculina e feminina. Afinal, ele, freqüentemente, surrava sua

esposa quando encontrava a casa desarrumada e a submetia a relações sexuais forçadas. Esta, passava períodos dormindo na sala ou em companhia das filhas, permanecendo sem contato sexual com o marido. Tais cenas de violência são disputas pelo estabelecimento de uma ordem, trazendo a idéia de atos disciplinares e da culpabilidade constante da mulher.

A leitura do pastor para os seus atos apóia-se no contexto relacional existente entre ele, sua esposa e suas filhas. O espaço doméstico funciona como unidade em que o relacionamento hierárquico e de reciprocidade entre seus membros está regido por regras afetivas distintas das que regem as relações no espaço público entre iguais. Dentro dessa lógica, o pastor não se preocupa em convencer os outros de que não cometeu os estupros, aceita a acusação. Porém, não se coloca, em momento algum, como um criminoso. Ele retira das suas falas o caráter de criminalidade do que cometeu e deposita a culpa original em sua esposa, a qual não cumpria bem suas obrigações de mulher e de dona de casa. Nenhuma indagação existe sobre os efeitos causados no bem-estar da esposa ou das filhas.

A construção cultural do masculino parece estar enraizada no solo cristão - pilar fundante do pensamento ocidental, onde o homem traz consigo o lugar simbólico de produtor arbitrário de lei. Além da capacidade provedora, outro aspecto apresentado para definir o masculino é a sexualidade ativa que se caracteriza pelo “apoderar-se de”, em oposição a uma sexualidade feminina passiva, que se realiza quando “é apoderada por”. Haja vista que, na história bíblica da concepção de Jesus, o Espírito Santo, pensado enquanto Deus, todo-poderoso e princípio masculino, toma o corpo de Maria e o fecunda. Essa idéia de apoderamento também aparece na defesa de uma “liberdade e de poder sexual” masculino em oposição à fidelidade que caracteriza a perfeição do feminino, representada na subserviência, monogamia e passividade mariana (Almeida, 2003).

As falas do pastor sobre o incesto parecem ser o de entender que a relação sexual com as filhas é a extensão dos seus direitos e poder de pai, e o papel

das filhas é justamente a extensão dos deveres do papel de mãe, como mulher do pai. Em nome deste código relacional, embora em nítida transgressão a ele, as relações de parentesco são remanejadas como relações de aliança, em nome do código individual, como jogos sexuais normais de livre consentimento em meio a relações amorosas, mescladas com relações de deveres - conforme indica Segato (2003), a tensão entre esses dois códigos .

Os discursos do pai falam do prazer que as filhas sentiam ao serem por ele tocadas e possuídas e do quanto era perigoso procurar mulheres na rua. Ele combina essas falas em nome do controle e do poder que os homens detêm sobre seus bens patrimoniais, bem como com o quanto o contato com elementos externos ao seu próprio grupo significava perigo. Há, enfim, um alto grau de naturalização dos atos incestuosos, do ponto de vista masculino, como se fossem legítimos porque ocorrem em relação a pessoas sob o seu julgo e controle.

Já o *motoboy* atua em outro cenário e com outras relações frente às mulheres. Se, por um lado, este se ancora nas representações da cultura, na idéia da mulher bonita, da disponível sexualmente e da sedutora, por outro, o pastor atua no plano das relações parentais, onde as meninas estão imbuídas da noção de pureza. Para o *motoboy*, no fundo, seus atos ocorreriam com mulheres imaginadas enquanto vadias, lascivas e prostituíveis. Dentro desta lógica, não agia contra os costumes morais e resolvia, portanto, qualquer conflito de consciência.

A partir das narrativas do *motoboy* fica evidente que ele tem uma dificuldade na elaboração da representação dominante da imagem do feminino. Ao afirmar que foi objeto de abuso sexual pela tia quando criança, deslocando-o do seu lugar identitário masculino e conferindo-lhe atributos femininos, ele mostra possuir um conflito em relação à troca dos papéis sexuais - conflito derivado de uma violência inicial e iniciadora da sexualidade adulta (Costa, 1986).

Por conseguinte, a dificuldade de evidenciar sua virilidade através da ereção aponta para o fato de que,

no fundo, tivesse consciência de que a mulher representa basicamente algo abjeto (Kristeva, 1980), contaminado e poluído (Douglas, 1976), seja porque é impura ou dominadora. Cada ato de violência do *motoboy* reeditava o conflito instaurado em relações aos papéis sexuais dominantes. Na busca de corrigi-los, ele se impunha pelo poder e pela força física. Contudo, defrontava-se com sua dificuldade de ereção, causando-lhe pânico e desespero, o que lhe estimulava a matar as mulheres. Nesse sentido, para ele, a morte tinha um significado sacrificial do feminino e da pseudo-libertação de seus conflitos, tanto que ele sempre voltava ao lugar dos crimes para contemplar os corpos.

Nesse contexto, tanto o pastor quanto o *motoboy* eram permeados, transversalizados, por uma forte auto-imagem de busca de satisfação sem reciprocidade, subjugando o outro. O pastor se percebia sagrado na figura de pai e de homem puro. Paralelamente, o *motoboy*, maculado pelo abuso sexual sofrido na infância, percebia-se profano na sua moralidade, impuro e incompleto no desempenho viril - daí se exacerbava na prática de uma sexualidade violenta que o reconduzisse à normalidade. Portanto, se, por um lado, o pastor encarnava a figura do sagrado em seus atos - do próprio Deus - por outro, o *motoboy* incorporava a figura satânica do demônio.

Maldito ou sagrado, vítima do diabo ou eleito de Deus?

Tanto o pastor quanto o *motoboy*, depois de detidos, se disseram possuídos pelo diabo, pelo demônio. Tudo se passava como se não estivessem realizando seus desejos, mas a compulsão de um ato mandatário, de uma força sobrenatural, maligna e superior. Seus desejos e suas leis foram apresentados como exteriores a si mesmos. Ser possuído pelo diabo simboliza as forças que perturbam, inspiram cuidados, enfraquecem a consciência e fazem-na voltar-se para o indeterminado e para o ambivalente: centro de noite, por oposição a Deus, centro de luz. Um arde no mundo do subterrâneo, o outro brilha no céu.

Para ambos, há um apelo à religiosidade, tomada como avesso da violência. Sem o autocontrole e o controle dos outros que a vida religiosa propicia, a violência irrompe, tornando-se a única possibilidade de resolução de conflitos. Contudo, para cada um estar possuído pelo demônio, há um significado diferente. Uma vez, sob a égide do estigma de estuprador, tornam-se explícitos e distintos os rituais de reparação desencadeados pelos agressores para exorcizar o estigma. Para o pastor, tratou-se de uma mera tentação, na qual ele próprio fraquejou, assemelhando-se a Jesus Cristo, ao dizer que até mesmo "Ele" foi tentado. Percebe, portanto, a necessidade de empenhar-se na sua redenção. Já Francisco via-se realmente nas trevas, necessitando de conversão, como nos indica suas falas:

Na cela do presídio de Taubaté, desde o ano passado, Francisco lê a Bíblia desesperadamente, com preferência pelo livro do Apocalipse. Sua mãe acredita que ele se converteu. (...) 'Ele tem falado muito em Cristo e diz que vai virar pastor', afirma sua advogada, Maria Elisa Munhol. Como um bom argumento de defesa, ela diz que o *motoboy* passou a assinar 'Francisco de Assis Pereira Jesus Cristo. (Isto É , 1554 - 10.07.1999).

Francisco escreveu uma longa carta para a Igreja Batista da Lagoinha, em Belo Horizonte. A carta é uma resposta ao material enviado a ele - uma mensagem preparada por um evangélico, uma Bíblia e o livro 'Respostas para a Vida'. Na carta, escrita em agosto de 1998, ele confessa ser uma 'trágica pessoa'. Disse ter ficado assustado com o que tem lido, o que chamou sua atenção para a destruição a que levou sua vida e que não quer ir para o inferno. Reconhece que merece tal lugar, mas garante que está pedindo perdão a Deus por ter eliminado 'aquelas moças inocentes'. Sobre estas, conta, 'tudo acontecia de uma hora para outra, de repente, eu era induzido por uma força maligna'. Diz também que nunca tinha lido uma página sequer 'do livro dos livros (a Bíblia)' e que quer buscar cada vez mais 'verdadeiro reconhecimento do ser arrependido, a fé e a crença. (Estado de Minas, 26.11.1998).

Os discursos sugerem um imaginário no qual o feminino é considerado perigoso e representação do pró-

prio diabo. As dicotomias estão assentadas na iminência da transgressão por parte das mulheres. Ao invés de qualquer indagação sobre os desejos das mulheres, os comportamentos femininos são reduzidos à aproximação ou ao distanciamento do ideal de comportamento feminino, o qual cabe a eles o controle. O pólo “negativo” da representação do feminino – que se define pela não correspondência e/ou negação de um papel social – é sublinhado e exaustivamente repetido nos discursos. Quando é feita essa identificação, confere-se um caráter de punição e até mesmo de purificação nos casos de mortes ao ato de violência, emergindo como meio utilizado para o exercício do poder.

No caso do pastor, fica claro que a esfera da justiça e dos direitos era impregnada pela idéia de que o marido a representava - representava, inclusive, a esfera divina. Enquanto as relações de estupro de mulheres desconhecidas são modelares no desenho do horror ao estupro pela associação do sexo forçado como o alto grau de violência física, as relações de estupro com os familiares são modelares no horror ao estupro pela extrema proximidade entre a transgressão e o interdito: faz entranhar-se o sexo com o proibido, o sagrado e o silêncio. São as relações entre os familiares sobre as quais recaí com mais força o “interdito social” que as torna sagradas.

No caso do *motoboy*, observa-se que, depois do crime, vem o “olhar”, que gera desejo pelo outro subjugado. Esse “olhar” também fala sobre uma sexualidade especular, onde contemplar o “parceiro”, subjugando-o, gera o próprio desejo. Nessa descrição, o ator encena e é também figura exterior a ele, o que o deixa fascinado. Esse dilema desenrola-se no exercício de uma sexualidade que se realiza pelo poder de subjugar o outro. Logo, o medo das mulheres foi também fundamental para a realização do desejo dele.

O desprezo traduz a forma como o *motoboy* repre-

senta a vítima, estando nele o poder de punir. Tal desprezo pode ser visto por intermédio do discurso religioso, ao desprezar o “mundano”, que é dirigido e interpretado a partir das construções de gênero de nossa sociedade. Somado a isto, o desprezo fala do próprio desejo, na tentativa de exorcizar o prazer obtido mediante uma sexualidade exercida na subjugação e agressão. Logo, estes últimos elementos estão embutidos em sua sexualidade, quando essa se realiza. Esse desejo é nomeado “pecado”, e assume o caráter de alteridade quando atribuída ao outro “eu”.

Sob o enfoque da mídia, esses crimes são caracterizados como tão brutais e distantes do rotineiro que seus autores são entendidos como enfermos sociais e mentais, só podendo ser situados fora dos padrões de normalidade. Nesse imaginário, a doença mental aparece como forma de retirar do agressor o atributo de humano, sendo condição necessária para conceber a prática do crime sexual⁴. Contudo, os autores são percebidos não apenas como “outros” diferentes quando são mostrados possuidores de distúrbio de caráter, mas como alteridade absoluta, sem qualquer trajetória humana.

Logo, esse tipo de violência raramente é considerado como crime a ser punido pela mídia. Visto como monstruoso, em vez de criminoso, razão pela qual os agressores passam a serem percebidos mais como sujeitos marginais, carentes e poluentes do que propriamente transgressores. Desse modo, por tal perspectiva, são erguidas várias discursividades que discriminalizam esses dois casos de violência interpessoais e cotidianos, ao serem julgados anormalidades ou monstruosidades decorrentes da falta de sanidade mental ou mesmo de humanidade dos agressores.

Por fim, sob o nosso prisma, tanto o estupro quanto o incesto não se configuram em atos mecânicos

⁴ Confirma-se, então, o levantamento realizado em “A noção de crime sexual” (Suárez et alii, 1999), onde as autoras afirmam que não é a doença mental que conduz o sujeito a cometer o crime, mas a realização do crime faz das pessoas doentes mentais.

ou causais, muito menos em atos dissociados de seus contextos. Eles compreendem uma combinatória polissêmica de inúmeros fatores culturais, sociais, pessoais, hierárquicos e simbólicos. Apesar de emergirem em histórias particulares, remetem-nos a um universo bem mais amplo, pois se utilizam de códigos éticos e morais constituintes da sociedade. Além disso, não basta entender as relações conjugais entre homens e mulheres apenas como relações de poder, desigualdade ou violência. Essas relações também se organizam como relações de afetividade, desejo, religiosidade, sexualidade, amor e paixão – relações de violência socialmente enraizadas e construídas.

Referência bibliográfica

ALMEIDA, T. M. C. *Vozes da mãe do silêncio: a aparição da Virgem Maria em Piedade dos Gerais*. São Paulo: MCT/PRONEX/Attar Editorial, 2003.

BANDEIRA, L. e ALMEIDA, T.M.C. “Pai e avô: o caso de estupro incestuoso do pastor” In: SUÁREZ, M. e BANDEIRA, L. (orgs.), *Violência, gênero e crime no Distrito Federal*, Brasília, Editora UnB e Paralelo 15, 1999.

CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. Rio de

Janeiro: Forense Universitária, 1995.

COSTA, J. F. *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

DOUGLAS, M. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

KRISTEVA, J. *Pouvoirs de l'horreur: essai sur l'abjection*. Paris: Éditions du Seuil, 1980.

MACHADO, L. Z. “Sexo, estupro e purificação” In: SUÁREZ, M. e BANDEIRA, L. (orgs.), *Violência, gênero e crime no Distrito Federal*. Brasília: UnB e Paralelo 15, 1999.

SEGATO, R. L. *Las estructuras elementales de la violencia*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

SOARES, L. E. e CARNEIRO, L. P. “Os quatro nomes da violência: um estudo sobre éticas populares e cultura política” In: SOARES, L. E. (org.), *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

SUÁREZ, M. et al. “A noção de crime sexual” In: SUÁREZ, M. e BANDEIRA, L. (orgs.), *Violência, gênero e crime no Distrito Federal*, Brasília, Editora UnB e Paralelo 15, 1999.